



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

27/03/2011

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CÂMARA CÍVEL.....	1
1.2. INSTITUCIONAL.....	2
1.3. SEMINÁRIO.....	3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. COMARCAS.....	4
2.2. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	5
2.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	6 - 7
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. COMARCAS.....	8
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CURSOS.....	9
4.2. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	10 - 13
4.3. VARA CÍVEL.....	14
4.4. VARA DE EXECUÇÕES PENAIS.....	15
5. JORNAL ITAQUI BACANGA	
5.1. PRISÃO.....	16
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. CONCURSO.....	17
6.2. VARAS ESPECIAIS.....	18
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	19
7.2. SISTEMA DE PLANEJAMENTO.....	20 - 21

Cliente de banco acusado de furto tem direito a indenização por dano moral

Uma gerente da Caixa Econômica Federal (CEF) que acusou um cliente de furto foi condenada a pagar R\$ 40 mil a título de danos morais ao ofendido. A decisão é da 2ª Câmara Cível do TJ, em julgamento de recurso na sessão desta quinta-feira, 24. O caso aconteceu no município de Santa Inês, em novembro de 2003, quando um cabeleireiro se dirigiu à CEF para abrir uma conta e foi acusado pela gerente de, meses antes, ter furtado o celular dela dentro do Banco, fato que teria sido registrado pelo circuito interno. O cliente foi conduzido por policiais até o Complexo Policial e mantido lá com outros detentos por cerca de sete horas.

COMISSÃO DE DEFESA DO DIREITO DO IDOSO

A Comissão do Idoso da OAB/MA tem como objetivo incentivar a participação dos advogados maranhenses nas ações em defesa dos direitos constitucionais dos idosos, de forma individual ou coletiva. Para que haja a proteção, o amparo jurídico, a defesa de direitos e garantias, além da assistência ao idoso de modo geral, os membros da Comissão de Defesa do Direito do Idoso da OAB/MA planejam promover reuniões com o Ministério Público, Secretaria de Estado da Segurança e Tribunais de Justiça, a fim de que se discutam questões relativas à melhoria da qualidade de vida do idoso no Estado.

INTENSIFICADA LUTA PELO JUIZADO DO IDOSO

Uma das ações mais recentes da Comissão foi o envio de um requerimento à Corregedoria da Justiça, solicitando prioridade na instalação de um Juizado do Idoso. "Pretendemos agir nos interiores do Estado também, auxiliando na resolução de problemas relativos à aposentadoria, revisão de proventos e tudo que possa beneficiar o nosso público", planeja Piorski.

Para quem deseja fazer parte da Comissão ou mesmo acompanhar as reuniões ordinárias, é possível encontrar os seus membros reunidos toda última quinta-feira do mês, a partir das 18h, na sede da OAB/MA, no Calhau. Outra possibilidade é entrar em contato com o setor de Comissões da Seccional através do telefone 2107-5429 (falar com Bia) ou do e-mail comissoes@oabma.org.br.

TERCEIRA IDADE TEM HOJE 14,5 MILHÕES

Os idosos são hoje 14,5 milhões de pessoas, 8,6% da população total do País, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no Censo 2000. O instituto considera idosas as pessoas com 60 anos ou mais, mesmo limite de idade considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para os países em desenvolvimento. Em uma década, o número de idosos no Brasil cresceu 17%, em 1991, ele correspondia a 7,3% da população.

TAMBÉM NO DIA
1º de abril o Tribunal
de Justiça do Maranhão
promove o Seminário
"Direito Civil na
Perspectiva do Superior
Tribunal de Justiça
(STJ)", no auditório do
TRE. A iniciativa, da
Diretoria de Recursos
Humanos com o apoio
da Escola Superior
da Magistratura do
Maranhão (ESMAM), é
destinada aos servidores
de comarca de São
Luís...

Falta de higiene leva juiz a interditar matadouro de Viana

O juiz Mário Márcio Sousa, titular da 1ª Vara de Viana, proferiu decisão liminar - cumprida na manhã de sexta-feira, 25 - na qual interdita o matadouro municipal de forma imediata e definitiva. Os equipamentos utilizados no abate e tratamento de animais foram apreendidos. O magistrado assinala na decisão que diversas vezes o município teve a oportunidade de sanar o problema, mas não o fez. Mário Márcio condenou o município a construir em 90 dias um matadouro fora dos limites urbanos e em obediência a normas legais e administrativas relativas à atividade. O pedido de interdição do matadouro foi feito pelo Ministério Público, por meio de ação civil pública baseada em irregularidades higiênica e sanitária discriminadas em relatório de inspeção da Supervisão de Vigilância Sanitária.

A Associação dos Magistrados (AMMA) encaminhou ofício ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, e ao corregedor geral de Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Junior, solicitando que seja respeitada a deliberação acordada na reunião realizada no dia 10 de março acerca dos procedimentos do III Mutirão Carcerário do Maranhão. A decisão da AMMA foi motivada por não concordar com o ato de desrespeito do CNJ aos juizes titulares das Varas Criminais e de Execução... O julgamento da ficha Limpa foi sacramentado no Superior Tribunal de Justiça, a partir das eleições de 2012... Porem quem assumiu o lugar de quem estava sendo considerada ficha... Vai voltar a ser suplente e os titulares voltaram aos seus devidos lugares.... A Associação dos Magistrados (AMMA) manifesta total solidariedade à luta do juiz Anderson Sobral de Azevedo para solucionar os problemas da carceragem de Pinheiro, palco da rebelião de presos em fevereiro deste ano, que resultou em oito mortos, dos quais seis decapitados. Esta semana o magistrado encaminhou ofício ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, solicitando que pleiteie ao Governo do Estado a reforma imediata da delegacia regional.

Juiz faz apelo para solução em carceragem de Pinheiro

O juiz Anderson Sobral de Azevedo fez apelo ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, para que intermedeie junto ao Governo do Estado solução para a carceragem de Pinheiro (região da Baixada, a 86 km da capital).

PÁGINA 3

Juiz faz apelo ao corregedor para solução em carceragem de Pinheiro

O juiz Anderson Sobral de Azevedo fez apelo ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, para que intermedeie junto ao Governo do Estado solução para a carceragem de Pinheiro (região da Baixada, a 86 km da capital). A intenção é conseguir, de imediato, a reforma da delegacia regional onde seis presos foram mortos por outros detentos - seis deles decapitados - durante rebelião em fevereiro.

Os serviços seriam executados com urgência, segundo compromisso do secretário de Segurança do Estado, e ficaram na palavra até o momento.

Aluisio Mendes esteve no município quatro dias após a eclosão da revolta com o juiz auxiliar do CNJ Luciano Losekann. O não-início da obra desrespeita decisão proferida pelo juiz, diz Sobral, que é titular da 1ª Vara da comarca e diretor do fórum. Nos últimos três anos ocorreram sucessivos adiamentos da reforma. A delegacia possui cinco celas, uma delas desativada. Todas foram destruídas.

Guerreiro Júnior diz estar solidário ao pedido do juiz e que irá conversar com Mendes e com o também

secretário Sérgio Tamer (Justiça e Administração Penitenciária). "É uma preocupação justa e responsável diante dos episódios recentes na comarca".

Em fevereiro, o corregedor fez alerta contundente: a chacina de presos em Pinheiro poderá se repetir em municípios com problemas de superpopulação carcerária. Devido à falta de presídios no estado, as delegacias regionais haviam assumido esse papel, revelou. No instante da revolta a delegacia de Pinheiro comportava 94 homens.

De lá para cá 70 presos foram transferidos para São Luís. Em inspeção na carceragem, na semana passada, o juiz encontrou 30 presos, 25 deles provisórios e 5 condenados. Anderson Sobral relata clima de tranquilidade na delegacia.

É a segunda vez que o magistrado enfrenta rebelião de presos na comarca. Em junho do ano passado Sobral interditou a delegacia, exigiu a remoção de presos definitivos para Pedrinhas, suspendeu o recebimento de presos de outras comarcas e determinou o recambiamento dos existentes nessa situação para cidades de origem. Preocupado com o in-

chaço da população carcerária, Guerreiro Júnior pediu a juizes estaduais que encaminhem relatório à Corregedoria de todos os feitos de réus presos, condenados ou provisórios, existentes na vara ou comarca, com a data da efetiva prisão. Os documentos chegam diariamente.

Uma segunda medida foi levar o projeto "Pauta Zero", agora em março, para limpar o acúmulo processual na Vara de Entorpecentes de São Luís. A análise de processos de réus presos com excesso de prazo, e com prisão decretada provisoriamente, mas encarcerados há mais de 150 dias, sem decisão da justiça, resultaram na abertura de 56 vagas na Penitenciária de Pedrinhas.



Corregedor-geral da Justiça, Guerreiro Júnior

CIDADANIA

Comarca de Paraibano realiza casamento comunitário

Foi um grande acontecimento o casamento comunitário realizado na comarca de Paraibano, na última quarta-feira, 23. A cerimônia, presidida e coordenada pela juíza Mirella Cezar Freitas, titular da comarca, auxiliada pelos colegas Clénio Lima Correa, titular de São Domingos do Maranhão, e Marcelo Oka, titular de Colinas, teve a participação de 94 casais.

Os casais fizeram suas inscrições entre os meses de dezembro de 2010 e março de 2011, na serventia extrajudicial da comarca, uma das parceiras da Corregedoria Geral da Justiça na realização do casamento comunitário. A secretaria de assistência social do município foi outra parceira importante na coordenação do evento.

A cerimônia foi realizada na

casa de shows Antônio Pedro, no centro de Paraibano. Os noivos tiveram direito, além da marcha nupcial, a diversos brindes, bolo, e ambiente especialmente decorado para a ocasião.

"Ficamos com a sensação do dever cumprido. O judiciário hoje tem uma função que vai além do simples julgamento de processos, estando mais presente no dia-a-dia do cidadão. E eventos como esses aproximam, de forma salutar, Poder Judiciário e sociedade", observou Mirella Cezar.

CASAIS ESPECIAIS-O casal Francisco Diego Ribeiro dos Santos, 20 anos e Fabiana da Silva Alves, 15 anos, estava com dificuldades em participar da cerimônia, mas eles tiveram o apoio da comarca de Paraibano, que doou o paletó e vestido da noiva.

Um outro casal que mereceu destaque na cerimônia foi Josué Feitosa e Neuracy de Oliveira, mais precisamente pela condição especial da noiva. Ela não possui as duas pernas e locomove-se através de uma cadeira especial.

Entre as autoridades que prestigiaram o casamento comunitário na comarca estavam: o prefeito Sebastião Pereira Sousa, a secretária municipal de assistência social de Paraibano Inara Pereira de Sousa, o vice-prefeito Clodomir Campos, o presidente da câmara municipal Getúlio Noletto, o promotor de justiça titular de Paraibano Moisés Caldeira, bem como o Padre Raimundo Alves, e o Pastor Raimundo da Silva Vanderley, entre outros.

Escola de negócios amplia atuação e lança inglês para executivos

Paulo Soares

A Escola de Negócios Excellence (ENE) está ampliando a atuação no segmento de educação de executivos e inaugurou em sua nova sede em São Luís, no bairro Angelim, uma unidade da escola de inglês The Place, franquia paranaense que já atua em nove estados brasileiros.

A diretora da franquia, Michele Carreira (foto), que ao lado dos sócios Érico e Keila Cantanhede está ultimando os preparativos para o início das aulas no dia 4 de abril, explicou que os cursos na unidade da The Place em São Luís serão voltados para jovens a partir de 16 anos, mas que terão como ponto forte o inglês para executivos. No momento estão sendo fechados convênios com escolas e empresas para a formação de turmas especiais com sistema de desconto progressivo.

Michele Carreira também está à frente dos preparativos para a aula inaugural das novas turmas da ENE, a ser realizada no dia 30. A executiva informou que a novidade ficará por conta da presença dos alunos da nova turma de MBA em Administração Judiciária, uma parceria da escola de negócios com o Tribunal de Justiça do Maranhão. O evento terá palestras, apresentação dos cursos, entrega de material, divulgação de cronograma e ao final será servido um coquetel a todos os participantes.



Pesquisas mostram que no mercado de trabalho quem fala inglês pode ter salário até 60% maior

DPE garante assistência jurídica a presos no sistema penitenciário

À espera de Justiça, detentos ficam mais tempo na prisão por não ter condições financeiras para contratar um profissional habilitado; defensores públicos realizaram mais de 350 atendimentos no Presídio São Luís, na primeira etapa dos trabalhos

Divulgação/Secom

Paulo* era réu primário e foi condenado por furto a dois anos e quatro meses de prisão, em regime semi-aberto. Contrariando a determinação judicial, ele foi levado para o Presídio São Luís, onde está recluso há aproximadamente um ano. O caso dele era um dos muitos que se acumulavam no Complexo Penitenciário de Pedrinhas à espera de assistência jurídica.

O atendimento inicial e a análise de possíveis benefícios só podem ser feitos por um advogado. O problema é que grande parte da população carcerária é formada por pessoas de baixa renda, que não têm condições financeiras para contratar um profissional habilitado. Não são poucos os internos que passam na cadeia tempo maior que o determinado pela Justiça. O número insuficiente de defensores públicos no estado é um dos entraves do sistema carcerário na atualidade.

O caso de Paulo foi entregue ao defensor público Rodrigo Pinheiro, que solicitou à Justiça a extinção da pena, sem necessidade de progressão de regime ou de livramento condicional. Também passível



Defensora Juliana Rosso atende um apenado durante audiência de revisão processual em penitenciária

de concessão de benefício, o processo de Carlos* chamou a atenção da Defensoria Pública do Estado (DPE). Ele foi preso em flagrante, em maio de 2010, e depois de ter a prisão relaxada por excesso de prazo, continuava no Presídio São Luís. Entre as providências adotadas pela defensora pública Suzana Castello Branco, está o contato feito com o juiz da Comarca e a solicitação da documentação do preso. Carlos ganhou liberdade por cumprimento do alvará de soltura.

Além destes, a DPE realizou mais 347 atendimentos no Presídio São Luís, durante a primeira etapa das atividades deflagradas pela instituição em fevereiro deste ano. O presídio mantém hoje aproximadamente 400 encarcerados. Cerca de 50 deles já havia constituído um advogado. O caso de Paulo, assim como dezenas de outros, aguarda a decisão do juiz.

Para garantir a realização da ação emergencial, defensores públicos estão no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Eles prestam atendimento individualizado e analisam documentação existente nos prontuários da Ca-

sa de Detenção (Cadet), espaço que abriga cerca de 700 presos.

A corregedora-geral da Defensoria, Fabíola Barros, destacou o empenho dos defensores no encaminhamento de processos em favor dos internos que têm direito a benefícios previstos em Lei, mesmo com todas as dificuldades encontradas nas cadeias. Uma das maiores queixas dos defensores públicos é a ausência da documentação necessária para elaborar a petição. O agravante é que grande parte dos internos é do interior do estado.

Os problemas mais comuns são a falta de guia de recolhimento e certidões que precisam acompanhar a petição para que o juiz possa proferir a sentença. Quando a documentação do preso está completa, os casos são resolvidos rapidamente. "Apesar do número pequeno de defensores, a Instituição tem cumprido o seu papel de órgão de execução penal", relatou a corregedora-geral.

A realidade do Maranhão não é diferente do resto do país. Embora a defesa jurídica do cidadão seja

um preceito constitucional, não há defensores públicos em igual número ao de promotores de Justiça, profissionais incumbidos da acusação. Para se ter uma idéia, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Goiás não há Defensoria Pública.

Cenário nacional - Segundo levantamento nacional, são aproximadamente 500 mil presos em todo o Brasil. Destes, mais de 40% estão em regime de prisão provisória. No Maranhão, conforme dados da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), 1.500 presos na capital e outros 600 no interior se encontram nessas condições.

De acordo com o Ministério da Justiça, no Brasil ainda faltam mais de 190 mil vagas carcerárias. No Maranhão, a meta do governo estadual é criar até 4 mil novas vagas nos próximos anos, com investimentos na construção de novas unidades prisionais nos municípios, bem como na reestruturação e reorganização do sistema.

O defensor-geral Aldy Mello de Araújo Filho defende a reformu-

Convênio com o MJ permite trabalho de inclusão social

As parcerias mantidas pela Defensoria Pública do Estado também têm contribuído para garantir a realização de ações de inclusão social no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Segundo o defensor-geral Aldy Mello Filho, o serviço de assistência integral aos presos e seus familiares está sendo possível graças a um convênio firmado com a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), do Ministério da Justiça, em agosto de 2009, que foi renovado recentemente. O convênio tem permitido que a instituição contrate psicológicos e assistentes sociais para auxiliar a atuação desenvolvida pelos defensores dentro do sistema prisional.

O projeto Assistência Jurídica Integral e Gratuita aos Presos das Unidades Prisionais de São Luís e seus familiares é colocado em prática pelo Núcleo de Execução Penal da DPE, que tem à frente os defensores públicos Paulo Rodrigues da Costa e Al-

berto Pessoa Bastos, em parceria com o Serviço Social e a equipe psicossocial da Instituição.

Em 2010, foram oferecidos aos presos serviços odontológicos, entre eles, extração para os casos mais graves e prevenção com a aplicação de flúor. Também foram identificados casos de pessoas com transtornos mentais que receberam atendimentos dos profissionais do núcleo psicossocial. Aconteceram, ainda, atendimentos jurídicos, entre eles, a análise de benefícios como a progressão de regime e o livramento condicional.

As Secretarias-Adjunta de Administração Penitenciária; de Segurança Pública; Saúde (Estado e Município); Associação Brasileira de Odontologia/MA; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Sesi) e a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema) também participaram das atividades.

Mais

O Centro de Reeducação e Inclusão Social de Mulheres Apenadas do Maranhão (Crisma) também é um dos alvos das ações da DPE. Ano passado, todas as 68 detentas do Crisma foram beneficiadas com a Ação de Prestação de Serviços Básicos das Políticas Públicas, do Viva Mulher, realizada pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu), em parceria com a Defensoria Pública. A detenta Raimunda Ferreira da Costa foi uma das atendidas pela equipe multidisciplinar da DPE. Ela estava com o filho de dois meses, no colo, e agradeceu a realização das atividades. “É uma ação muito boa porque tem várias apenadas também de outras cidades com os processos sem acompanhamento de um advogado precisando de assistência. E, com a ajuda dos defensores, temos esperança de voltar pra casa mais cedo”, disse ela, na ocasião.

Número

82

defensores públicos integram a DPE Maranhão, instituição criada há 10 anos, enquanto o Ministério Público estadual mantém quase o triplo de promotores de justiça.

lação geral no sistema penitenciário brasileiro para enfrentar a crise grave vivida pelo setor. Para ele, a atuação da Defensoria precisa ser ampliada e fortalecida, já que a presença da instituição dentro das unidades garante ao preso o exercício dos seus direitos e diminui a possibilidade de rebelião.

Mutirão - Além da atuação dentro dos presídios, a DPE está participando do III Mutirão Carcerário, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. Oito defensores públicos trabalham na ação, quatro a mais que no ano passado.

A meta do CNJ é analisar as possibilidades de benefícios e o andamento regular da sentença de aproximadamente dois mil processos, até o dia 15 de abril.

“Essa parceria com o CNJ e o Tribunal de Justiça é bastante positiva e só tem a reforçar o atendimento que já realizamos regularmente nos presídios de São Luís. É nossa missão agir em favor dessas pessoas que ficam esquecidas nas penitenciárias”, disse a corre-

gedora-geral, Fabíola Barros.

Atendido pelo defensor público Vinicius Goulart Reis, o processo do detento Fábio*, que espera ter suas penas unificadas, pode ser um dos julgados durante o Mutirão. Fábio está recluso na Casa de Detenção (Cadet) deste agosto de 2007 e em setembro de 2009 já teria o direito à progressão de regime.

“Foi feito o pedido de unificação das penas, bem como de progressão de regime à 1ª Vara de Execução Penal, como forma de colocar o sentenciado no regime semi-aberto, para então ter a possibilidade de continuar a cumprir sua pena, agora fora da unidade prisional”, explicou o defensor público.

(*nomes fictícios)

Anulação I

O Tribunal de Justiça anulou a determinação do juiz da 1ª Vara Cível de Caxias, Sidarta Gautama Maranhão, que condenou o ex-prefeito de Caxias, Paulo Marinho, por suposto ato de improbidade. Marinho, ao tomar conhecimento da decisão, disse que “sempre confiou no Judiciário”.

Anulação II

As razões elencadas pela 4ª Câmara Cível do TJ para anular a decisão de Gautama vão desde o entendimento de que o magistrado fez julgamento antecipado sem observar as regras procedimentais até o impedimento de que o acusado fizesse sua produção de provas em audiência.

James move ação contra presidente da CDH da OAB

Ex-secretário do Sistema Penitenciário
alega ter sido caluniado pelo advogado
no caso da morte do detento *Matosão*

O ex-secretário adjunto do Sistema Penitenciário do Maranhão Carlos James Moreira está movendo ação penal contra o presidente da Comissão de Direitos Humanos da seccional da Ordem dos Advogados do Maranhão (OAB-MA), Luís Antônio Câmara Pedrosa, sob a acusação de que o advogado teria cometido contra ele crime de calúnia que resultou no seu afastamento do cargo em agosto de 2010.

Amanhã, 28, autor e réu vão se encontrar na primeira audiência acerca do processo de nº 73/2011, movido por Carlos James contra Pedrosa, em trâmite no 2º Juizado Especial Criminal de São Luís.

Na ação, o ex-secretário afirma que o advogado Luís Antônio Pedrosa divulgou na imprensa denúncias falaciosas e sofismáticas, atribuindo a ele o envolvimento direto no assassinato do ex-detento Marco Aurélio Paixão da Silva, o *Matosão*, além de participação em tráfico de drogas, receptação de veículos roubados e

grupos de extermínio no sistema prisional.

Denúncia - Carlos James afirma que nada do que foi imputado a ele pelo representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA foi comprovado. "São denúncias caluniosas e sofismáticas, tendo como finalidade única a desestabilização da atual administração penitenciária e da Secretaria de Segurança Pública", esclareceu James.

Foram anexadas ao processo, pelo autor, certidões fornecidas pelo Instituto de Identificação Criminal e Vara de Execuções Penais que demonstram que não há contra ele qualquer procedimento ou condenação.

Carlos James esclarece que durante a sua administração houve redução mais de 50% no número de óbitos nos presídios, tendo como referência a administração penitenciária anterior. Ele explicou que o seu objetivo, com a ação, é provar a sua inocência e a má-fé das pessoas que o caluniaram.

Inteligência da SSP prende dois foragidos da justiça

Policiais da Secretaria-Adjunta de Inteligência e Ações Estratégicas da Segurança Pública prenderam, nesta quarta-feira (23), duas pessoas com mandados de prisão preventiva em aberto. Edson de Jesus Trindade Oliveira, 32 anos e Jéferson Lindoso Serra, 29 anos, foram localizados no Shopping do Cidadão da Beira-Mar, no momento em que tentavam tirar documentos no órgão.

De acordo com informações policiais, a localização dos elementos se deu por meio do Sistema Integrado de Gestão Operacional (Sigo). Edson de Jesus estava foragido desde 2006, e possui três ações penais condenatórias pelo crime de assalto.

Já Jéferson foi indiciado na Justiça pela prática de homicídio doloso (quando há

a intenção de matar), crime ocorrido em 2007. Ele ficou cerca de três anos em regime fechado na Penitenciária de Pedrinhas, e recebeu o benefício da condicional, sendo encaminhado para tratamento psiquiátrico. O mandado de prisão que estava em aberto contra Jéferson era pelo crime de desobediência, em virtude de não ter se apresentado na data estabelecida pela Justiça.

Os dois foram apresentados na Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC) e serão encaminhados ao Centro de Triagem de Pedrinhas, onde aguardarão o andamento processual do inquérito.



Edson de Jesus Trindade Oliveira, 32 anos e Jéferson Lindoso Serra, 29 anos,

Pela moralização dos concursos públicos

**RAIMUNDO NONATO
MAGALHÃES MELO**

DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO MARANHÃO

A nossa Carta Magna de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, consagra em seu art.37 os princípios norteadores da Administração Pública, entre os quais destacamos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (caput), bem como o da igualdade e da acessibilidade aos cargos públicos, mediante concurso público (art.37, incisos I, II e IV), devendo ser respeitada a ordem de classificação no certame (art. 93, inciso I, e Súmula 15 do STF).

A Lei Magna visou com isso ensejar a todos iguais oportunidades de disputar cargos ou empregos na Administração Pública direta e indireta, sendo o Concurso Público um instrumento democrático que proporciona o próprio exercício da cidadania.

A prévia aprovação em concurso público satisfaz aos princípios da moralidade e da impessoalidade esculpidos no art.37 da CF/88, uma vez que evita o favorecimento de afilhados ou terceiros; privilegia o mérito, apurado de maneira impessoal e; assegura a lealdade à Administração, na medida em que o administrador só convocará os mais capazes, que demonstrem

aptidão para o serviço público.

Diante da relevância e responsabilidade na condução do certame para ingresso nos quadros do Poder Público, o legislador constituinte optou por traçar critérios mais rigorosos e específicos, com o intuito de assegurar o atendimento dos princípios constitucionais regedores da temática.

No entanto, observou-se nos últimos certames a propositura de muitas ações judiciais por candidatos insatisfeitos com suas notas, impugnando as questões e buscando a re-correção de suas provas (o que, diga-se de passagem, não é compatível com a via judicial conforme já reconhecido pelos Tribunais Superiores), ocasionando sucessivas alterações na lista de classificação, com a inclusão de candidatos sub judice, o que deve ser objeto de uma maior reflexão por parte da nossa Corte de Justiça, a fim de que não se dê abertura à continuidade dessa prática nos próximos concursos da magistratura.

Nesse contexto, importante ressaltar que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atento a esta preocupação, aprovou a Resolução n° 75/2009, que disciplina os concursos para todas as carreiras da magistratura.

Referida resolução é um avanço ao se perceber que tem por objetivo proporcionar maior uniformidade entre os concursos promovidos em âmbito na-

cional, diante das frequentes impugnações na esfera administrativa e jurisdicional, que retardam e comprometem os certames, bem como, a imperativa necessidade de uniformizar o procedimento e os critérios relacionados ao concurso de ingresso na carreira pública.

Acrescente-se, por oportuno, que a própria resolução autoriza que os Tribunais contratem instituições especializadas para a elaboração; correção e realização de todas as etapas do concurso. Esta iniciativa proporciona maior confiabilidade, transparência, segurança e imparcialidade na condução do certame, especialmente quando é contratada instituição experiente e de renome nacional.

Nesse sentido, é importante que o Tribunal de Justiça do Maranhão reafirme a observância à referida resolução por ocasião do próximo concurso da magistratura, que deve ser anunciado ainda este ano, viabilizando a contratação de instituição experiente e de credibilidade nacional, a fim de que se minimize as constantes discussões judiciais de candidatos ocorridas nos últimos certames, especialmente quanto a correção de provas e alterações na ordem de classificação do certame, propiciando maior moralidade, celeridade e confiabilidade à seleção, atendendo aos anseios de toda a sociedade.

"GATOS"

Nove jovens do Maranhão detidos com documentos falsos em São Paulo

Nove jovens de Lago da Pedra, interior do Maranhão, foram detidos em São Paulo depois que a polícia descobriu que eles usavam documentos falsos para tentar participar de peneiras e conseguir uma tão sonhada vaga em time de futebol. Seis deles tentaram tirar os documentos falsos em São Bernardo do Campo, o ABC paulista. Na quinta passada, um outro jovem já havia sido preso pelo mesmo motivo.

"Eles tinham essa ilusão de que tendo a idade diminuída para 16, 17 anos, eles teriam acesso a essas peneiras e posteriormente aos contratos com clubes de futebol", explicou o delegado André Santos Legnaio-li. Está preso o diretor de esportes de Lago da Pedra, que não teve o nome divulgado.

"Eles vieram em companhia desse diretor de esportes e essa pessoa tinha conhecimento pleno de que eles estavam tentando pleitear junto aos órgãos públicos aqui do estado de São Paulo a obtenção de cédulas de identidade com base em certidões de nascimento falsificadas", disse o delegado.

O grupo chegou do Maranhão há 15 dias e pretendia ficar em São Paulo por dois meses, para participar de peneiras em vários clubes. A primeira seria na próxima semana, no time de São Bernardo do Campo.

A Prefeitura de Lago da Pedra não se pronunciou sobre o assunto. Os adolescentes foram encaminhados para um abrigo. O juiz da Vara da Infância e da Juventude vai decidir quando eles voltam para o Maranhão. (Da redação, com agências)

O III Mutirão Carcerário mobiliza equipe de nove juizes, oito promotores e oito defensores públicos, que analisam 2.500 processos de presos condenados visando a concessão de benefícios que vão desde a liberdade condicional, progressão e até extinção da pena. Os trabalhos prosseguem até 15 de abril.

Vamos falar de Planejamento Estratégico, sim

**SÔNIA MARIA AMARAL
FERNANDES RIBEIRO***

O ser humano, que para alguns se origina do Adão e Eva bíblicos e para outros é fruto da evolução darwiniana, é, inquestionavelmente, uma máquina fantástica, quer do ponto de vista morfológico, quer do ponto de vista ontológico.

Mas, mesmo sendo essa máquina com grandes potencialidades, por razões que alguns ainda tentam decifrar, traz em si contradições de diversas ordens: quer mudanças, mas, ao mesmo tempo, tem medo de suas consequências; quer uma vida sossegada, mas busca o perigo; é gregário, mas quer também ficar sozinho; quer preservar o planeta, mas consome excessivamente. Enfim, muitas são as contradições que nos espreitam todos os dias e horas.

Faço essa introdução para dizer que, apesar de não concordar com grande parte do que foi dito em artigo publicado recentemente nesse periódico, entendo as razões do autor, porque preches de contradições. O artigo, intitulado "A estratégia do caos", de autoria do advogado Luis Alberto Santos Ferreira, é, na minha análise, fruto da contradição.

Isso é natural: em toda mudança, há resistência. Uns, porque perdem vantagens, outros, porque não a entendem, e alguns, porque simplesmente têm espírito anarquista ("*Si hay gobierno, soi contra!*").

Por tudo que li do escrito em comentário, salvo melhor juízo, acredito que o autor sente medo da mudança, por não entendê-la, apesar de o querer. Senão vejamos.

Diz, logo no início do artigo, que o planejamento estratégico do Tribunal de Justiça é puro "modismo", oriundo de "experiências alienígenas", "fracassadas" ou "com validade vencida". Discordo, em parte.

Primeiro, a Resolução nº. 70/

2009 do Conselho Nacional de Justiça estabeleceu para todos os tribunais a obrigatoriedade de construção de planejamento estratégico. Logo, não se trata de modismo do Tribunal do Maranhão. Aceitar a tese exposta resultaria na conclusão de que, num belo dia, os dirigentes do CNJ e de todos os tribunais acordaram e pensaram em unísono: "Sabe, está na moda, vamos fazer planejamento". Registre-se que, antes disso, em 2008, o nosso Tribunal iniciara esse processo.

Na verdade, com o programa "Justiça em Números", publicado a primeira vez no ano de 2005, sob o comando do Ministro Nelson Jobim, então presidente do Supremo Tribunal Federal, percebeu-se que o problema do Judiciário brasileiro tinha mais relação com gestão do que com número (insuficiente) de magistrados.

Segundo, planejar estrategicamente é algo feito desde a década de 70 na iniciativa privada e, há pouco tempo, na esfera pública. Porém, desde então, seja no âmbito privado ou público, a fórmula persiste, variando tão somente a metodologia. No nosso caso, optamos pelo *BSC – Balanced Scorecard*, metodologia de medição de desempenho desenvolvida pelos americanos Robert Kaplan e David Norton, professores da Universidade de Harvard, que depois foi adotada e recomendada pelo CNJ.

Essa metodologia, além de ser utilizada quase que universalmente nos setores públicos e privados, nos foi indicada pela Fundação Getúlio Vargas, que durante todo o processo de construção prestou consultoria ao Tribunal. Às inúmeras empresas de sucesso e serviços públicos com reconhecida qualidade, como por exemplo, Vale, Alcoa e Receita Federal, fazem – e continuam a fazer – seus planejamentos usando o método *BSC*, o que me autoriza concluir não ser uma experiência fracassada ou com validade vencida.

Concordo, porém, que a metodologia é alienígena. Mas, qual o mal de copiar o que comprovadamente dá certo? Por que tentar criar algo inédito, se o tempo urge? Nesse ponto, aproveito para esclarecer que, pelo menos no Judiciário do Maranhão, ninguém que eu conheça se autodenomina de "vanguardista do planejamento", pois, como acabei de afirmar, essa é apenas uma boa ideia adotada.

Em rápidas pinceladas, explico o "planejamento estratégico" como uma forma de administrar, com visão de longo prazo – e por isso cada ciclo é quinquenal –, que após identificar os problemas da instituição e traçar o objetivo estratégico principal (Visão), elege uma escala de prioridades por grau de aderência a este objetivo e coordena cada área da instituição na execução dos planos e projetos voltados ao fim último. Assim, no dia a dia, cabe a essa coordenação de planejamento cobrar o cumprimento das metas e prazos estabelecidos ou, quando a prática recomendar, redesenhar o plano inicial. Observe-se que os planos e projetos são idealizados pelos próprios setores, face às demandas apresentadas no documento estratégico.

Feita a pausa explicativa, continuo. Após criticar a gestão planejada, o nobre advogado passa a fazer sérias críticas ao funcionamento da Justiça, relatando alguns casos de ineficiência. Nisso, sou concorde. É verdade: aqui e alhures, a Justiça brasileira ainda é objeto de muitas críticas, na maioria das vezes pertinentes.

Todavia, é bem nesse ponto em que se situa a contradição do letrista: critica e refuta o planejamento, que tem como objetivo principal mudar esse cenário desfavorável e, ao mesmo tempo, por não está satisfeito, quer mudanças. Arremata, apontando como solução, a aplicação correta dos recursos públicos arrecadados.

Mais uma vez, permita-me o nobre causídico discordar, em parte.

Mesmo que os recursos sejam bens geridos ainda são insuficientes para alcançar todas as nossas demandas. Essas são históricas e, portanto, grandiosas. Isso só realça a importância do planejamento, que possibilita, tecnicamente (não politicamente), a eleição de prioridades. "O lençol é curto!".

Concordo, contudo, que ao longo dos anos faltou melhor gestão dos recursos. Se a execução do orçamento tivesse guardado relação direta com um planejamento estratégico, por certo, muito já teríamos caminhado e os problemas seriam em número menor. Afinal, a título de exemplo, não basta construir fóruns, é necessário ter plano de manutenção; não adianta comprar computador, é necessário desenvolver programas; não adianta contratar pessoas, é preciso capacitá-las permanentemente; não basta, enfim, exigir maior produtividade dos magistrados e servidores, sem de dar condições de trabalho. Isso é planejamento!

Por tudo isso, canto, sim, odes ao planejamento estratégico e torço para que tenha continuidade, feche-se o primeiro ciclo e dê-se início a outro. Planejar é pensar no futuro, em melhorar sempre. O resto é solução pontual e sem consequência duradoura, incapaz de produzir mudanças reais.

Hoje, sob a condução do Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, presidente do Tribunal, estamos realizando quase a totalidade do que foi pensado para esses dois anos de gestão. Porém, repito, se não houver continuidade e o planejamento passar a ser mais um papel guardado no fundo de uma gaveta, então, vou ter de concordar com o doutor Luis Alberto: o destino será o fracasso, o que foi construído perecerá e não avançaremos.

(*) Juíza de Direito,
sonia.amaral@globo.com